

Inflação dispara em junho

A inflação voltará a subir em junho e julho em consequência do pacote econômico aprovado esta semana — cujos efeitos antiinflacionários só começarão a ser sentidos em meados do próximo semestre — caso o Planalto, como o PDS e o PTB, não aceite o expurgo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e talvez da correção monetária, que para anular a pressão altista dos preços teria que ser adotada imediatamente.

Esta opinião foi manifestada ontem por assessores do ministro Ernane Galvães, da Fazenda, preocupados com a estratégia de emergência montada pelos ministros da área econômica para contornar o veto político do Palácio do Planalto à tese da desindexação dos salários (ou reajuste salarial abaixo da inflação medida pelo INPC). Esta estratégia consiste em “absorver” os aumentos de preços decorrentes do pacote ao longo dos próximos meses, contando com quedas a partir de setembro.

EFEITOS

A esperança dos ministros Galvães e Delfim, de acordo com estas fontes que presenciaram as discussões no CMN, é fazer um acompanhamento dos preços “mais de perto”, através do CIP (Conselho Interministerial de Preços), para evitar que a taxa de inflação venha a explodir em decorrência do reajuste de 44,2% no preço dos combustíveis, seguido por elevação dos juros agrícolas e do crédito às pequenas e médias empresas, além dos aumentos nos derivados do trigo que ainda estão por vir.

Os efeitos positivos do pacote são inegáveis, para os assessores do Ministério da Fazenda, porque tecnicamente só se pode esperar uma queda da inflação quando se adotam medidas para reduzir o déficit do setor público: e isto ocorrerá, pois no conjunto as medidas do pacote resultarão numa arrecadação federal adicional estimada em Cr\$ 800 bilhões este ano (embora o secretário da Receita, Francisco Dornelles, esteja contando com apenas Cr\$ 500 bilhões, já deduzidos cerca de Cr\$ 200 bilhões que deixarão de ser arrecadados devido à redução do IOF), permitindo uma transferência de recursos do orçamento fiscal para o monetário da ordem de Cr\$ 2,3 trilhões até dezembro.

O problema é que, antes do efeito positivo entrar em cena, a economia sofrerá as consequências imediatas sob a forma de mais inflação. Se a tendência dos dois primeiros meses não for cortada, corre-se o risco de

anular boa parte dos efeitos positivos que o governo espera do pacote (ou seja, redução do déficit público de 5,8% do PIB para cerca de 3,5% até o final do ano, segundo estes técnicos, ou para apenas 3% segundo o ministro Galvães).

“De qualquer jeito a sociedade vai pagar caro” — advertem, lembrando que “o problema todo é como convencer a sociedade de que não há outra alternativa senão o incio da desindexação da economia”. Dentro deste raciocínio — compartilhado inclusive pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni, pelo que demonstrou na reunião do CMN — a urgência técnica de se adotar o expurgo do INPC só poderia ser atendida “se o deputado Nelson Marchezan for chamado ao Planalto para convencer seu partido e o PTB de que será melhor aceitar a desindexação”.

Os assessores de Galvães lembram que, aceitando o expurgo do INPC, haverá uma perda de salário real (já que os reajustes ficarão abaixo do INPC que mede a inflação do período anterior) durante alguns meses, mas em compensação a inflação começará a cair efetivamente e esta queda no custo de vida se encarregará de repor parte do salário real perdido. Em pouco tempo, de acordo, com esta versão, não será mais necessário nenhum expurgo — “e a sociedade poderá experimentar inflação anual de 60%, ou até 40%.

E se os trabalhadores não aceitarem este expurgo, para que não percam parte de seus salários reais agora? — “Vão perder muito mais, por causa da alta da inflação” — respondem estes técnicos, advertindo que neste caso poderão não apenas aqueles que ganham salário mínimo e têm reajuste de 100% do INPC (que só recompõem a renda real a cada seis meses), mas também as faixas mais elevadas de salários perderão ainda mais com a inflação alta, pois os seus reajustes salariais já estão abaixo do INPC.

Estes técnicos da Fazenda consideram que o grande problema é de comunicação: se fosse possível levar esta discussão aos sindicatos, partidos e outros segmentos sociais, a solução final poderia ser mais conveniente a todos do que a “alternativa política” que a Presidência da República preferiu neste primeiro pacote. Mas há também o detalhe do tempo: para ser eficaz e evitar a realimentação da inflação que já está ocorrendo com o aumento dos combustíveis, a solução do expurgo teria que ser colocada em prática ainda neste semestre.